

Editora
Positivo Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2017 e 2016**

Editora Positivo Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa	2017	2016	Passivos	Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.512	74.727	Fornecedores	12	16.920	12.554
Contas a receber de clientes	6	119.140	104.200	Fornecedores - partes relacionadas	17	25.235	3.149
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	17	11.294	6.161	Empréstimos e financiamentos	13	65.546	11.000
Estoques	7	12.543	7.734	Salários, provisões e contribuições sociais	14	23.360	23.193
Impostos a recuperar	8	2.037	1.555	Impostos a recolher	15	4.120	2.979
IRPJ e CSLL a recuperar		1.064	1.103	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	8.438	-
Créditos diversos		2.698	1.595	Outras obrigações	16	9.178	4.629
		<u>274.288</u>	<u>197.075</u>			<u>152.797</u>	<u>57.504</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		6.829	5.543	Empréstimos e financiamentos	13	-	48.858
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.666	2.244	Impostos a recolher	15	906	-
Imobilizado	10	5.234	5.828	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	6.314	2.112
Intangível	11	33.758	41.868	Outras obrigações	16	1.214	1.055
		<u>51.487</u>	<u>55.483</u>			<u>8.434</u>	<u>52.025</u>
				Patrimônio Líquido	19		
				Capital social		106.919	106.919
				Reserva lucros		57.625	36.110
						<u>164.544</u>	<u>143.029</u>
		<u>325.775</u>	<u>252.558</u>			<u>325.775</u>	<u>252.558</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Positivo Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2017	2016
Receita líquida de vendas	20	479.701	428.298
Custo das vendas	21	<u>(210.488)</u>	<u>(202.516)</u>
Lucro bruto		<u>269.213</u>	<u>225.782</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	21	(141.475)	(125.968)
Gerais e administrativas	21	(100.261)	(92.575)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>15</u>	<u>56</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>27.492</u>	<u>7.295</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	22.722	21.313
Despesas financeiras	22	(9.979)	(14.763)
Variação cambial, líquida	22	<u>-</u>	<u>2.595</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>40.235</u>	<u>16.440</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	9	(12.215)	(7.385)
Diferidos	9	<u>3.422</u>	<u>3.044</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>31.442</u></u>	<u><u>12.099</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Positivo Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	31.442	12.099
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>31.442</u></u>	<u><u>12.099</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Positivo Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>106.919</u>	<u>29.307</u>	<u>-</u>	<u>136.226</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	12.099	12.099
Distribuição de lucros	19.b	-	(5.296)	-	(5.296)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	<u>12.099</u>	<u>(12.099)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>106.919</u>	<u>36.110</u>	<u>-</u>	<u>143.029</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	31.442	31.442
Juros sobre capital próprio	19.b	-	-	(9.927)	(9.927)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	<u>21.515</u>	<u>(21.515)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u><u>106.919</u></u>	<u><u>57.625</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>164.544</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Positivo Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	31.442	12.099
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	15.786	20.289
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.359	8.132
Provisão para estoques obsoletos	(55)	(1.034)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.202	971
Provisão de juros sobre empréstimos	5.471	1.989
Custo residual das baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	3.693	1.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	8.793	4.341
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(35.432)	(1.301)
Estoques	(4.754)	15.064
Impostos a recuperar	(4.513)	(3.362)
Créditos diversos	(2.389)	(1.260)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores (terceiros e partes relacionadas)	26.452	(4.774)
Salários, provisões e contribuições sociais	167	4.194
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	-	433
Impostos a recolher	558	454
Outras obrigações	4.708	(48)
	<u>69.488</u>	<u>57.258</u>
Juros pagos	(4.605)	(3.225)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.145)	(1.077)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>56.738</u>	<u>52.956</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.043)	(1.977)
Adições ao intangível	(9.732)	(17.092)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(10.775)</u>	<u>(19.069)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	14.560	51.210
Pagamento de empréstimos	(9.738)	(33.279)
Distribuição de lucros	-	(5.296)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>4.822</u>	<u>12.635</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>50.785</u>	<u>46.522</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74.727	28.205
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>125.512</u>	<u>74.727</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>50.785</u>	<u>46.522</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Editora Positivo Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na Rua Major Heitor Guimarães, 174, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída em 3 de novembro de 1986.

Tem como objeto social: (i) a edição e comercialização de material escolar em especial livros, apostilas e mapas escolares, (ii) a comercialização de direitos patrimoniais de autores, (iii) a produção fonográfica, gravação e comercialização de disco compacto (CD) musical, (iv) a prestação de serviços de criação e editoração gráfica e, (v) a realização de cursos, palestras, treinamentos, seminários e formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional, assessorias diversas, bem como a prática da operação denominada em conjunto "fomento comercial".

A Empresa atua, principalmente, no segmento de ensino básico por meio de:

- Sistema de ensino: representado por livros e os sistemas de ensino denominados Sistema Positivo de Ensino (SPE), Sistema de Ensino Aprende Brasil e Conquista.
- Obras: representado por livros de literatura e dicionários, bem como livros didáticos não incluídos no segmento classificado como didático, acima mencionado.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 3.15 das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de maio de 2018. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas 3.2 a 3.15.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.6 Ativos intangíveis

(i) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis da Entidade compreendem, principalmente, gastos com direitos autorais e desenvolvimento de obras literárias adquirido de terceiros.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, a qual é estabelecida pela necessidade de atualização da metodologia de ensino e do formato editorial das obras ou pela sua vigência contratual de utilização. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(ii) *Baixa de ativos intangíveis*

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração da Empresa. Caso a potencial perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

3.9 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

3.10 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados ao valor líquido e apresentados no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Empresa, resumem-se a operações de “swap”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela Empresa com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 23.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. Caixa e equivalentes de caixa são: (a) dinheiro em caixa; (b) depósitos bancários; e (c) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

3.11 Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

3.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ajuste a valor presente de clientes que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente de fornecedores.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa no período de adoção inicial.

CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Empresa na administração de seus ativos financeiros.

Classificação - Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

Os passivos financeiros da Empresa estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48.

A Empresa avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” e passarão a ser classificados como “custo amortizado”, portanto não havendo modificação significativa em sua mensuração.

Redução no valor recuperável (impairment)

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 é aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Empresa representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31 de dezembro de 2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

CPC 47- “Receita de contratos com Clientes”

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

Editoração e revenda de mercadorias

A Entidade está envolvida na editoração e comercialização de livros didáticos e soluções educacionais para o ensino básico. Quando a atividade de editoração e comercialização são incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada venda. A Entidade reconhece a receita com a comercialização com base no estágio de conclusão de sua entrega na data do balanço.

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos e o total da contraprestação desses contratos deverá ser atribuído com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Entidade utiliza para transações de venda separadamente.

Com base na avaliação da Empresa, o valor justo e os preços de vendas individuais são amplamente similares. Portanto, a Empresa não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis pela adoção do CPC 47.

CPC 06 - “Arrendamentos”

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

A Empresa ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção Do CPC 06 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Empresa celebrará. A Empresa espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28/IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não há outras normas CPC que impactem as demonstrações da Empresa de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa.

3.15 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo do contas a receber, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros de mercado na data da mensuração. Recebíveis de curto prazo sem taxa de juros declarada são mensurados pelo valor da fatura original, se o efeito do desconto for imaterial. O valor justo é determinado no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, em cada data de balanço anual.

Derivativos

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Empresa e contraparte quando apropriado.

Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, em cada data de balanço anual. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros do principal e juros, descontados à taxa de juros de mercado na data da mensuração. Em relação ao componente passivo de notas conversíveis, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a passivos similares que não possuam opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a contratos de arrendamento semelhantes.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, no fim de cada período de relatório. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao saldo contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.2 Estimativas e premissas

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída de forma suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, o qual é calculado com base nas melhores estimativas da Administração tendo por base as particularidades de cada segmento de negócio.

4.4 Provisão para perdas nos estoques

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação dos estoques que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques.

4.5 Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito nas notas explicativas 10 e 11, a Empresa revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício.

4.6 Imposto de renda diferido ativo

Conforme descrito na nota explicativa 9, o imposto de renda diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e diferenças dedutíveis temporárias não utilizadas na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4.7 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Empresa reconhece uma provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.8 Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa 23, a Empresa usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	2017	2016
Caixa	6	7
Bancos	1739	2.619
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	123.767	72.101
	<u>125.512</u>	<u>74.727</u>

- (a) São representadas principalmente por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), e compromissadas remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário) e com liquidez imediatas estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Contas a receber de clientes

O saldo da conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
Sistemas de ensino	150.196	128.439
Obras	40.507	31.965
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.563)	(56.204)
	<u>119.140</u>	<u>104.200</u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2017	2016
A vencer	105.967	84.507
Vencido até 30 dias	13.205	2.754
Vencido de 31 até 60 dias	4.325	4.453
Vencido de 61 até 90 dias	3.132	4.362
Vencido de 91 até 180 dias	6.025	9.763
Vencido de 181 até 360 dias	4.594	5.212
Vencido acima de 361 dias	55.449	52.726
(-) Ajuste ao valor presente	(1.994)	(3.373)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.563)	(56.204)
	<u>119.140</u>	<u>104.200</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos é de 86 dias (87 dias em 2016).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está composta por:

Saldo em 31 de dezembro de 2015		48.072
(-) Recebimento / reversão		(5.803)
(+) Adições		13.935
Saldo em 31 de dezembro de 2016		56.204
(-) Recebimento / reversão		(2.396)
(+) Adições		17.755
Saldo em 31 de dezembro de 2017		71.563

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério da provisão para crédito de liquidação duvidosa utiliza como base o histórico de inadimplência da Empresa, representado por 4,03% do Aprende Brasil, 0,90% do Sistema Positivo de Ensino (SPE), 6,76% do Conquista, 2,25% de obras, 1,88% do material didáticos para escolas e, 1,99% do material didáticos para cursos, sobre o faturamento para os clientes dos segmentos, respectivamente.

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

7 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
Mercadoria para revenda	1.815	2.992
Mercadoria para revenda em poder de terceiros	3.643	461
Estoques em trânsito	7.737	4.988
(-) Provisão para estoques obsoletos	(652)	(707)
	<u>12.543</u>	<u>7.734</u>

A provisão para estoques obsoletos é constituída com base em análise feita através do histórico de movimentação dos itens em estoques, cuja classificação como obsoleta compreende adicionalmente a idade dos estoques, sendo que a Administração também realiza análise individualizada quanto as perspectivas de realização dos itens em estoque, considerando o potencial de venda do produto (com base no histórico de venda), na análise da validade do conteúdo do livro e na possibilidade de sua atualização visual.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está composta por:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.740
(+) Adições	549
(-) Reversões	(1.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	707
(+) Adições	507
(-) Reversões	(562)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	652

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

8 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
IRPJ a recuperar (a)	854	175
CSLL a recuperar (a)	77	194
COFINS a recuperar (b)	301	363
PIS a recuperar (b)	72	84
Outros	733	739
	2.037	1.555

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são decorrentes das antecipações ocorridas no exercício e em exercícios anteriores, retenções sobre as operações de vendas a órgãos públicos federais e retenções sobre aplicações financeiras.
- (b) Os créditos tributários, provenientes das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são decorrentes das aquisições de serviços de terceiros, energia elétrica, fretes, depreciação e amortização. Em contra partida, as operações de saída de livros e materiais didáticos possuem alíquota zero.

9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	2017	2016
Ativo		
Provisão para bônus	983	1.532
Provisão para comissões	1.179	946
Provisão para direitos autorais	1.564	899
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.282	-
Provisão de serviços	844	261
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	2.147	1.077
Diversos	2.228	1.701
	13.227	6.416
Passivo		
Tributos diferidos sobre venda a órgãos públicos	6.967	3.608
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	151
Atualização dep. judicial processos trabalhistas e fiscais	594	413
	7.561	4.172
	5.666	2.244

Anualmente, a Administração revisa o seu plano de negócio para os próximos exercícios e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.235	16.440
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(13.680)	(5.589)
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	(331)	(62)
Exclusões permanentes		
(-) Incentivo fiscal - Lei do Bem	1.167	968
(-) Juros sobre capital próprio	3.375	-
(-) Outras exclusões	449	206
(-) Dedução programa alimentação do trabalhador - PAT e outros	227	136
	(8.793)	(4.341)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.215)	(7.385)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.422	3.044
	(8.793)	(4.341)
Alíquota efetiva	22%	26%

10 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de depreciação	2017			2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Aparelhos de comunicação	10%	314	(242)	72	313	(220)	93
Veículos	20%	123	(123)	-	124	(119)	5
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20%	16.365	(13.114)	3.251	15.564	(11.617)	3.947
Máquinas e equipamentos	10%	308	(194)	114	229	(184)	45
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	2.663	(866)	1.797	2.500	(762)	1.738
		<u>19.773</u>	<u>(14.539)</u>	<u>5.234</u>	<u>18.730</u>	<u>(12.902)</u>	<u>5.828</u>

Movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Aparelhos de comunicação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.533	18	3.977	-	98	5.626
Adições	306	35	1.601	13	22	1.977
Depreciação	<u>(101)</u>	<u>(8)</u>	<u>(1.630)</u>	<u>(9)</u>	<u>(27)</u>	<u>(1.775)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.738</u>	<u>45</u>	<u>3.948</u>	<u>4</u>	<u>93</u>	<u>5.828</u>
Adições	163	79	800	-	1	1.043
Depreciação	<u>(104)</u>	<u>(10)</u>	<u>(1.497)</u>	<u>(4)</u>	<u>(22)</u>	<u>(1.637)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.797</u>	<u>114</u>	<u>3.251</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>5.234</u>

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2017 e 2016, a Empresa reaceessou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

11 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de amortização	2017			2016		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo contábil	Custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Obras literárias:	25%	75.500	(62.285)	13.215	68.031	(51.361)	16.670
Sistemas - Positivo de Ensino (SPE) e Aprende Brasil	25%	38.308	(32.344)	5.964	30.699	(25.992)	4.707
Livros didáticos	25%	32.309	(25.073)	7.236	32.463	(20.544)	11.919
Dicionários	10%	4.883	(4.868)	15	4.869	(4.825)	44
Obras literárias em andamento	-	17.867	-	17.867	19.586	-	19.586
Software	20%	14.868	(12.193)	2.675	14.579	(8.970)	5.609
Marcas e patentes	10%	23	(22)	1	23	(20)	3
		<u>108.258</u>	<u>(74.500)</u>	<u>33.758</u>	<u>102.219</u>	<u>(60.351)</u>	<u>41.868</u>

A movimentação do intangível no exercício é composta da seguinte forma:

	Software	Marcas e patentes	Obras literárias	Obras literárias em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.983	2	27.991	14.385	44.361
Adições	6.017	2	-	11.073	17.092
Transferências	-	-	5.872	(5.872)	-
Amortização	(2.391)	(1)	(16.122)	-	(18.514)
Baixas de ativo	-	-	(1.954)	-	(1.954)
Baixas de amortização	-	-	883	-	883
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>5.609</u>	<u>3</u>	<u>16.670</u>	<u>19.586</u>	<u>41.868</u>
Adições	289	-	-	9.443	9.732
Transferências	-	-	7.469	(7.469)	-
Amortização	(3.223)	(2)	(10.924)	-	(14.149)
Baixas de ativo	-	-	-	(3.693)	(3.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.675</u>	<u>1</u>	<u>13.215</u>	<u>17.867</u>	<u>33.758</u>

Obras literárias

- Os gastos incorridos e diretamente associados ao desenvolvimento de materiais didáticos, em especial os Sistemas Positivo de Ensino (SPE) e Aprende Brasil, são capitalizados como intangíveis. Estes gastos são substancialmente compostos pela aquisição de direitos autorais e serviços prestados por terceiros (projeto gráfico, edição e revisão de texto e diagramação dentre outros). Adicionalmente, são capitalizados também os direitos autorais pagos pelo direito de comercialização de livros (exemplo dicionário Aurélio).
- As obras literárias são consideradas ativos intangíveis com vida útil definida, a qual é estimada através do prazo necessário de atualização da metodologia de ensino, do conteúdo e formato editorial das obras ou pela vigência dos contratos quanto ao prazo de utilização das obras. Os materiais didáticos são amortizados pelo prazo de 4 anos, determinado com base no período usual de atualização do conteúdo e formato editorial. Para os direitos autorais pagos, não considerados como materiais didáticos, oriundos do direito de comercialização de livros, são amortizados pelo prazo contratual acordado com o autor.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O ativo intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2017 e 2016, a Empresa reaceessou a estimativa da vida útil dos ativos intangíveis. As análises de vida útil do intangível da empresa Editora Positivo Ltda. resultaram no ajuste de amortização totalizando R\$ 3.701 em 31 de dezembro de 2016, que se deve a mudança no método de amortização dos projetos de PNL D, Resolvest, Habile e Nat Geo. Também, os ajustes resultaram em baixas de projetos descontinuados no valor de R\$ 3.693 (R\$ 1.954 em 2016), apropriados ao resultado do exercício.

12 Fornecedores

O saldo a pagar com fornecedores é representado, substancialmente, pelos valores incorridos a título de direitos autorais, consultorias pedagógicas e diversas, propaganda e publicidade, fretes, entre outros.

13 Empréstimos e financiamentos

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

Operações (em Real)	Garantias	Taxa média de juros a.a	Vencimento	2017	2016
Circulante:					
Capital de Giro CCB	Recebíveis	0,8% a.a+CDI	20/02/2017	-	2.298
BNDES - Plano Editorial	Imobilizado Grupo Positivo	9% a.a.	15/05/2017	-	7.451
BNDES - Plano Editorial	Imobilizado Grupo Positivo + Fiança bancária	2%.a.a+TJLP	15/05/2022	65.546	1.251
				<u>65.546</u>	<u>11.000</u>
Não circulante:					
BNDES - Plano Editorial	Imobilizado Grupo Positivo + Fiança bancária	2%.a.a+TJLP	15/05/2022	-	48.858
				<u>-</u>	<u>48.858</u>
				<u>65.546</u>	<u>59.858</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no final do exercício 2015	35.880	7.283	43.163
Captação (a)	2.295	48.915	51.210
Encargos financeiros	1.989	-	1.989
Transferências	7.340	(7.340)	-
Amortização - principal	(33.279)	-	(33.279)
Amortização - juros e variações	(3.225)	-	(3.225)
Saldo no final do exercício 2016	<u>11.000</u>	<u>48.858</u>	<u>59.858</u>
Captação (a)	303	14.257	14.560
Encargos financeiros	5.471	-	5.471
Transferências	63.115	(63.115)	-
Amortização - principal	(9.738)	-	(9.738)
Amortização - juros e variações	(4.605)	-	(4.605)
Saldo no final do exercício 2017	<u>65.546</u>	<u>-</u>	<u>65.546</u>

- (a) O montante captado no curto prazo é destinado à capital de giro e no longo prazo é destinado ao Programa Nacional de Desenvolvimento (BNDES - Plano Editorial).

BNDES - Plano Editorial 2010 a 2012

A Empresa efetuou a captação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) do montante de R\$ 90.997, para fins de investimento no Plano Editorial para os exercícios de 2010 a 2012, representado por sete grupos de livros didáticos e cinco coleções de Sistemas de Ensino, em distintos estágios de elaboração e impressão. O montante foi liberado em parcelas, sendo R\$ 57.000 em 2011, R\$ 12.998 no segundo trimestre de 2012 e R\$ 20.999 em maio de 2013.

O respectivo financiamento possui cláusulas restritivas para a Empresa, sendo:

- Manutenção do nível do endividamento, o qual deverá ser apurado através de balanço consolidado auditado por auditores externos, igual ou menor do que 3.
- A partir de 2011, Empresa não poderá distribuir dividendos superiores a 75% do lucro líquido do ano anterior.
- Não efetuar pagamento de pró-labore.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sem prévia anuência do BNDES, com exceção de dividendos.
- A parte relacionada Positivo Administradora de Bens Ltda. não poderá alterar a operação de Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI) sem prévia anuência do BNDES. Esses certificados fazem parte de um fundo de recebíveis de aluguel, cujos quotistas são pessoas físicas acionistas controladores da Companhia. A Empresa e a Gráfica e Editora Posigraf Ltda. pagam mensalmente a Positivo Administradora de Bens Ltda. aluguel pelo uso da propriedade objeto da criação desse fundo de recebíveis.

BNDES - Plano Editorial 2013 a 2016

No segundo trimestre de 2016, a Empresa efetuou a captação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) o montante de R\$ 38.431, para fins de investimento no Plano Editorial para o período de 2013 a 2016, destinados à realização de obras didáticas regulares para escolas públicas e privadas, e investimentos no desenvolvimento de conteúdo educacional para o portal *online* e livro digital.

O respectivo financiamento possui cláusulas restritivas para a Empresa, sendo:

- Não efetuar pagamento de pró-labore.
- Não distribuir, durante a vigência deste contrato, a partir da apuração do lucro líquido do exercício social de 2016, inclusive, sem prévia e expressa anuência do BNDES, dividendos superiores a:
 - a. 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, sempre que a relação patrimônio líquido sobre o ativo total da beneficiária apurada no referido exercício for inferior a 0,04; ou
 - b. 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social, sempre que a relação patrimônio líquido sobre ativo total da beneficiária apurada no referido exercício for igual ou superior a 0,4 e inferior a 0,5.

- Não distribuir durante a vigência deste contrato, sem prévia e expressa anuência do BNDES, quaisquer recursos aos sócios, exceto os previstos no inciso acima, sob qualquer forma, inclusive juros sobre o capital próprio; pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou participação nos resultados; honorários a qualquer título; lucros acumulados e reservas de lucros de exercícios anteriores; pagamentos aos sócios, a qualquer título, referentes a exercícios anteriores.

14 Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
Salários a pagar	2.628	2.733
Contribuições sociais	2.691	2.644
Provisão de férias	10.355	9.959
Provisão de comissões	3.113	2.782
Provisão para bônus	2.890	4.506
Outras contas a pagar sobre folha	1.683	569
	<u>23.360</u>	<u>23.193</u>

15 Impostos a recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2017	2016
IRRF sobre remuneração a funcionários	2.218	2.524
IRRF sobre juros capital próprio	1.489	-
Refis a recolher (a)	398	-
INSS suspenso	508	-
Outros	413	455
	<u>5.026</u>	<u>2.979</u>
Circulante	4.120	2.979
Não Circulante	906	-

- (a) A entidade aderiu em 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017. A modalidade de adesão da entidade foi pelo pagamento da antecipação entre os meses de agosto e outubro de 2017, usufruindo de benefícios de redução de 90% de juros e 70% de multa de passivos relacionados a autuações tributárias como o IOF sobre operações de mútuos, sendo que os efeitos no resultado do exercício foram registrados na rubrica de resultado financeiro. Oitenta por cento (80%) do saldo existente em dezembro foi liquidado com prejuízos fiscais adquiridos da empresa Positivo Administradora de Bens Ltda. no valor de R\$ 1.591 e o saldo residual será pago em espécie, conforme previsão da lei.

16 Outras obrigações

A composição desta conta está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Provisão - direitos autorais a pagar (a)	4.613	2.645
Outras contas a pagar	5.779	3.039
	<u>10.392</u>	<u>5.684</u>
Circulante	9.178	4.629
Não circulante	1.214	1.055

- (a) Compreende a provisão a pagar junto aos autores de obras intelectuais (literárias, artísticas e científicas), as quais são reconhecidas quando as mercadorias atreladas às obras literárias são comercializadas.

17 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Contas a receber de transações comerciais		Contas a pagar de transações comerciais		Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Positivo Educacional Ltda. (a)	7.227	2.235	-	-	-	-
Gráfica e Editora Posigraf Ltda. (b)	-	824	23.402	-	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (c)	3.769	1.459	-	-	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda. (e)	14	53	1.591	-	-	-
Consórcio J Malucelli	49	140	-	-	-	-
Rosch Administradora de Bens	19	-	-	-	-	-
Centro Educacional Opção Única Ltda.	80	-	-	-	-	-
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	136	146	-	-	-	-
Positivo Tecnologia S.A. (d)	-	1.304	242	3.149	-	-
Sócios (f)	-	-	-	-	8.438	-
	<u>11.294</u>	<u>6.161</u>	<u>25.235</u>	<u>3.149</u>	<u>8.438</u>	<u>-</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa realizou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Vendas		Atividades corporativas (rateio)		Compras e serviços	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Positivo Educacional Ltda. (a)	99	53	3.724	4.814	-	-
Gráfica e Editora Posigraf Ltda. (b)	8.259	17.009	5.947	4.395	210.395	182.194
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda. (c)	7	6	9.654	8.078	182	366
Positivo Tecnologia S.A. (d)	127	73	1.270	1.233	5.135	10.348
Rosch Administradora de Bens	-	-	56	53	-	-
Consórcio J Malucelli	-	-	147	140	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	56	53	-	-
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	535	213	219	-	-	-
Centro Educacional Opção Única Ltda.	134	-	109	-	-	-
	<u>9.161</u>	<u>17.354</u>	<u>21.182</u>	<u>18.766</u>	<u>215.712</u>	<u>192.908</u>

Atividades corporativas (rateio)

Compreendia o repasse de custos e despesas provenientes do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados, as quais são incorridas pela Empresa e, posteriormente são rateadas para as demais partes relacionadas beneficiadas.

As receitas são representadas pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, marketing, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com salários da Administração incluindo encargos e remuneração variável totalizaram R\$ 2.014 (R\$ 1.753 em 2016). Para os administradores da Empresa são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades de cursos, graduação e pós-graduação nas escolas do grupo e produtos da própria Empresa.

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

a. Positivo Educacional Ltda.

Repassse de recebimento

Refere-se substancialmente a valores decorrente das vendas diretas efetuada pela Empresa aos alunos da Positivo Educacional Ltda., sendo que a Positivo Educacional Ltda. intermedia o recebimento financeiro destas vendas e, posteriormente, efetua o repasse financeiro à Editora Positivo.

b. Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Compras e serviços

São transações de aquisição de materiais didáticos e outros produtos gráficos. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Essas mercadorias são destinadas para fins de revenda pela Empresa substancialmente a terceiros.

c. Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.

Locação de espaço e compra de serviços

Compreende as transações de locação de espaços, em especial do Teatro Positivo e Centro de Eventos, bem como prestação de serviços.

d. Positivo Tecnologia S.A.

Vendas, compras e serviços

As vendas compreendem transações de comercialização de livros do catálogo da Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

As compras e serviços compreendem a aquisição de micro-computadores e equipamentos de informática. Adicionalmente, a Empresa efetua o pagamento de direitos autorais, referente à disponibilização pela Positivo Informática de acessos aos sítios na internet, denominados “Portal Positivo” e “Portal Aprende Brasil”, aos clientes da Empresa, bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

O acesso ao “Portal Positivo” é destinado às instituições conveniadas ao Sistema Positivo de Ensino (SPE) e, o acesso ao “Portal Aprende Brasil” é destinado às instituições conveniadas ao Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE).

e. Positivo Administradora de Bens Ltda.

Compra de créditos tributários

Refere-se a compra de créditos tributários para utilização ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017.

f. Sócios

Refere-se ao juros sobre capital próprio a pagar aos quotistas, líquido de efeitos tributários.

18 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	2017	2016
Riscos fiscais	-	345
Riscos trabalhistas (a)	6.314	1.767
	6.314	2.112

- (a) **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial.

A movimentação das provisões está composta por:

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	4	1.137	1.141
(+) Adições	167	-	2.525	2.692
(+) Atualizações	178	-	135	313
(-) Utilizações e reversões	-	-	(142)	(142)
(-) Baixas	-	(4)	(1.888)	(1.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	345	-	1.767	2.112
(+) Adições	-	-	6.396	6.396
(+) Atualizações	1	-	114	115
(-) Utilizações e reversões	(346)	-	(469)	(815)
(-) Baixas	-	-	(1.494)	(1.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	6.314	6.314

Probabilidades de perda possível

Existem outros processos cíveis, tributários e trabalhistas em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2017	2016
Fiscais (a)	11.717	15.726
Cíveis (b)	1.415	1.320
Trabalhistas (c)	732	-
	13.864	17.046

- (a) **Fiscais:** Compreendem, substancialmente, ao mandado de segurança visando o não recolhimento da Contribuição Previdenciária SAT/RAT com a aplicação da legislação vigente desde janeiro de 2010, com a majoração do tributo mediante aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e reenquadramento da alíquota base, no valor de R\$ 4.616.

A variação do saldo deve-se a baixa do auto de infração da Receita Federal do Brasil referente ao suposto não recolhimento do IOF em operações de crédito com pessoas jurídicas referente aos exercícios de 2011 e 2012 no montante de R\$ 1.863, decorrente a adesão do referido processo ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

- (b) **Cíveis:** Compreendem, substancialmente, à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro no valor de R\$ 1.285, onde estão sendo discutidos cláusulas contratuais de aquisição de livros didáticos.
- (c) **Trabalhistas:** O processo trabalhista, encontra-se em fase inicial e relacionam-se a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionário, no valor de R\$ 732, reivindicando verbas trabalhistas em geral.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme 54ª alteração do contrato social, as quotas da sócia anterior Positivo Participações S.A. foram transferidas aos seus acionistas através da dissolução e partilha de seus ativos em 29 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Empresa é de R\$ 106.919 e está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% participação
CIR Investimentos S.A.	21.383.841	21.383.841	20%
SLG Investimentos S.A.	21.383.841	21.383.841	20%
Darwin Investimentos S.A.	21.383.841	21.383.841	20%
Palidano Investimentos S.A.	21.383.841	21.383.841	20%
RMR Investimentos S.A.	16.037.881	16.037.881	15%
Lupa Investimentos S.A.	5.345.961	5.345.961	5%
	<u>106.919.206</u>	<u>106.919.206</u>	<u>100%</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Empresa é de R\$ 106.919 e está totalmente integralizado.

b. Reserva de lucros e juros sobre capital próprio

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

(i) *Juros sobre capital próprio*

A Empresa distribui lucros aos sócios através de juros sobre capital próprio observando o disposto na Lei nº 9.429/95.

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-
Juros sobre capital próprio	9.927
Juros sobre capital próprio pagos	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>9.927</u></u>

(ii) **Distribuição de lucros**

Em 31 de dezembro de 2017, os quotistas deliberaram pela não distribuição de lucros (R\$ 5.296 em 2016).

20 Receita líquida de vendas

A seguir, a composição da receita líquida de vendas da Empresa no exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de:

	2017	2016
Receita bruta de vendas	498.569	448.243
(-) Impostos sobre vendas	(77)	(376)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(18.791)</u>	<u>(19.569)</u>
Receita líquida	<u><u>479.701</u></u>	<u><u>428.298</u></u>

21 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Material para revenda e materiais de consumo utilizados	181.277	159.422
Pessoal e comissões	103.966	109.324
Gastos com divulgação	12.059	16.126
Propaganda e publicidade	51.755	42.447
Serviços de terceiros	7.948	9.718
Fretes	9.578	9.425
Aluguéis	9.467	7.997
Viagens	12.950	13.974
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.289	8.359
Depreciação e amortização	15.785	20.288
Reversão para estoques obsoletos	(55)	(1.033)
Treinamento a terceiros	2.633	2.626
Provisão (reversão) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.318	848
Multas fiscais	442	-
Outras	<u>24.812</u>	<u>21.538</u>
	<u><u>452.224</u></u>	<u><u>421.059</u></u>

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	2017	2016
Custo das vendas e serviços prestados	210.488	202.516
Despesas comerciais	141.475	125.968
Despesas gerais e administrativas	<u>100.261</u>	<u>92.575</u>
	<u><u>452.224</u></u>	<u><u>421.059</u></u>

22 Resultado financeiro

	2017	2016
Receita financeira		
Juros cobrados sobre contas a receber e outros	3.366	2.095
Rendimento de aplicações	10.845	8.042
Ajuste a valor presente - clientes	7.913	10.423
Descontos obtidos e outros	598	753
	22.722	21.313
Despesa financeira		
Juros empréstimos e outros	(5.669)	(4.607)
Atualização monetária	(116)	(314)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(1.179)	(3.613)
Instrumentos financeiros - derivativos	-	(4.031)
Descontos concedidos	(257)	(453)
IOF (a)	(1.950)	-
Outras	(808)	(1.745)
	(9.979)	(14.763)
Variação cambial, líquida	-	2.595
Resultado financeiro	12.743	9.145

- (a) Compreende a apropriação do IOF em operações de crédito com pessoas jurídicas referente aos exercícios de 2011 e 2012, decorrente da baixa do auto de infração da Receita Federal do Brasil, conforme nota explicativa 18.

23 Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que não há instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017.

Conforme as condições estabelecidas pelo pronunciamento CPC 38, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares.

23.1 Índice de endividamento

	2017	2016
Dívida bruta (a)	65.546	59.858
Caixa e saldos de bancos (b)	(125.512)	(74.727)
	(59.966)	(14.869)
Patrimônio líquido (c)	164.544	143.029
Índice endividamento líquido	-	-

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo (excluindo derivativos, quando aplicável).
- (b) Disponibilidade em tesouraria e depósitos em bancos.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Empresa, gerenciados como capital.

23.2 Categoria de instrumentos financeiros

A Empresa efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter efeito relevante nos valores de realização estimados.

Ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas a receber são classificados como recebíveis. Seus respectivos valores contábeis aproximam-se de seus valores de mercado, tendo em vista o curto prazo de recebimento destas operações.

Passivos financeiros não derivativos: Os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras obrigações são classificados como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, e seus respectivos valores contábeis aproximam-se de seus valores de mercado, tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações. Em relação aos empréstimos e financiamentos, os valores justos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

23.3 Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é calculado com base no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

23.4 Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que se utiliza do gerenciamento necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

23.5 Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros

	Taxa de juros efetiva média ponderada ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Caixa e bancos		1.744	-	-	-	1.744
Aplicações financeiras	7,33%	117.087	-	6.680	-	123.767
Contas a receber de clientes		16.575	65.431	47.628	3.485	133.119
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		-	11.294	-	-	11.294
		<u>135.406</u>	<u>76.725</u>	<u>54.308</u>	<u>3.485</u>	<u>269.924</u>
31 de dezembro de 2016						
Caixa e bancos		2.626	-	-	-	2.626
Aplicações financeiras	14,24%	72.101	-	-	-	72.101
Contas a receber de clientes		19.535	49.539	31.826	3.300	104.200
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		-	6.161	-	-	6.161
		<u>94.262</u>	<u>55.700</u>	<u>31.826</u>	<u>3.300</u>	<u>185.088</u>

Passivos financeiros

	Taxa de juros efetiva média % de CDI ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Fornecedores		9.582	7.338	-	-	16.920
Fornecedores - partes relacionadas		17.551	6.093	-	-	23.644
Empréstimos	145%	-	-	11.895	53.651	65.546
		<u>27.133</u>	<u>13.431</u>	<u>11.895</u>	<u>53.651</u>	<u>106.110</u>
31 de dezembro de 2016						
Fornecedores		12.554	-	-	-	12.554
Fornecedores - partes relacionadas		3.149	-	-	-	3.149
Empréstimos	81,1%	2.514	3.049	5.937	59.371	70.871
		<u>18.217</u>	<u>3.049</u>	<u>5.937</u>	<u>59.371</u>	<u>86.574</u>

24 Eventos subsequentes

A Empresa efetuou, de forma voluntária, o pagamento antecipado do financiamento BNDES - Plano Editorial em 9 de fevereiro de 2018, no montante de R\$ 64.885.

25 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa, para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades sendo móveis e utensílios, instalações, estoques e benfeitorias em imóveis de terceiros é apresentada abaixo.

Ramo	Abrangência	Limite de indenização		Vigência
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros	8.931	01/04/2017 a 01/04/2018	